

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**  
**SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E AS CONTAS DE 2021**  
**DOCAPESCA – PORTOS E LOTAS, S.A.**

**1. ENQUADRAMENTO**

Em observância às disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal (CF) da DOCAPESCA – Portos e Lotas, S.A., (DOCAPESCA) dar parecer sobre o Relatório de Gestão e as Contas (R&C) e sobre o Relatório de Governo Societário (RGS).

A DOCAPESCA apresentou os anteditos documentos, relativos ao exercício de 2021, aprovados pelo Conselho de Administração (CA) a 7 de março de 2022, preparados de acordo com as orientações emitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), através do ofício circular n.º SAI\_DGTF/2022/359, de 20 de janeiro de 2022, e com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Nos termos dos Estatutos, aprovados em Assembleia Geral de 5 de junho de 2018, o órgão de fiscalização da DOCAPESCA é composto por um Conselho Fiscal e por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) que não é membro daquele órgão, adotando o modelo previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Em 2021, os anteditos Estatutos foram alterados na sequência do aumento de capital da sociedade, através do Aviso n.º 15678/2021<sup>1</sup>.

Atualmente o CF é constituído pelo Dr. Pedro Miguel Pinto Monteiro (presidente), pela Dra. Maria Gabriela Nunes Mendes Campos (vogal efetiva), eleitos em Assembleia Geral de 5 de junho de 2018, para o mandato 2018-2020, e pelo vogal efetivo Dr. André Joaquim Limas Ribas, designado por Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE) de 31 de julho de 2019<sup>2</sup>, para acompanhar o mandato em curso.

No âmbito das suas competências, o CF encetou o procedimento de seleção para a contratação do Revisor Oficial de Contas (ROC). Tal procedimento ficou concluído a 14 de agosto de 2018, tendo o CF deliberado, conforme exarado em ata daquela data, propor a nomeação de ROC ao Acionista.

Por DUE de 10 de dezembro de 2018, foi designada para o triénio 2018-2020 a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) BDO & Associados, SROC, Lda<sup>3</sup>, para a prestação de serviços de auditoria e certificação legal das contas, tendo sido designada a Sociedade Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC., Lda, como suplente, nos termos propostos pelo CF.

---

<sup>1</sup> Publicado no Diário da República, 2.ª série – N.º 162 – 20 de agosto de 2021.

<sup>2</sup> Na sequência da renúncia do outro vogal efetivo com efeitos a partir de 30 de julho de 2019.

<sup>3</sup> Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) sob o n.º 29 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) sob o n.º 20161384, representada pelo Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias, registado na OROC com o n.º 725 e na CMVM com o n.º 20160361.

Em 29 de janeiro de 2021, através de DUE, foi eleito para finalizar o mandato 2019-2021, o Prof. Doutor Sérgio Miguel Redondo Faias para presidente e a Dra. Isabel Maria Rodrigues Feijão para vogal. Posteriormente, em 5 de novembro de 2021, na sequência do pedido de renúncia<sup>4</sup> ao cargo pelo membro do Conselho de Administração Dr. Carlos Figueiredo (a quem aproveitamos uma vez mais para agradecer a estrita colaboração prestada a este órgão e desejar as maiores felicidades), por DUE foi eleito como vogal do Conselho de Administração o Dr. João Pedro da Silva Correia para completar o mandato 2019-2021.

## **2. ATIVIDADE FISCALIZADORA**

O controlo efetuado pelo Conselho Fiscal, no decurso de 2021, no âmbito das suas competências, materializou-se, principalmente, pelo acompanhamento regular da gestão da sociedade e a atividade desenvolvida, destacando-se o seguinte:

- a) Formulámos uma proposta ao acionista para a prorrogação dos serviços de auditoria da BDO & Associados, SROC, Lda., para um novo mandato correspondente ao triénio 2021 – 2023, desconhecendo-se à data o seu desfecho;
- b) Recolhemos e analisámos todos os elementos julgados como convenientes e adequados ao bom entendimento das operações e obtivemos todos os esclarecimentos necessários junto da Administração e dos serviços da Empresa;
- c) Procedemos à análise das propostas de plano de atividades/investimentos e orçamento, respetivas revisões, submetidos pela Empresa (para os exercícios de 2021 e 2022) e emitimos os respetivos pareceres;
- d) Analisámos e elaborámos os relatórios trimestrais de execução orçamental, sobre os controlos implementados, anomalias detetadas, desvios em relação ao previsto, necessidade de adoção de medidas corretivas e observância das orientações tutelares;
- e) Tomámos conhecimento das ações desenvolvidas pela Direção de Auditoria e Controlo Interno e dos relatórios emitidos e acompanhámos o processo de auditoria externa;
- f) Acompanhámos a preparação dos documentos de prestação de contas, que incorporam o Relatório de Gestão, o Relatório de Governo Societário e as demonstrações financeiras;
- g) Atuámos em conformidade com o n.º 2 do artigo 420.º do CSC, fiscalizando o processo de revisão de contas através de reuniões regulares com o ROC e mantendo contacto permanente com este no decurso dos trabalhos;
- h) Realizámos 12 reuniões, das quais 4 através de meios telemáticos em alturas de restrições de deslocações em território nacional, decorrentes da imposição do Estado de Emergência em Portugal, com a presença de todos os membros CF, e consultámos todas as atas do CA.

## **3. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO, DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

---

<sup>4</sup> Apresentada em 7 de julho, com efeitos a 31 de agosto de 2021.

### **Apreciação do relatório de gestão**

O Relatório, aprovado pelo Conselho de Administração em 7 de março de 2022, e disponibilizado ao CF na mesma data, descreve, adequadamente, a atividade desenvolvida em 2021, o desempenho e a posição financeira da Empresa e apresenta, em ponto autónomo, informação quanto à observância das disposições legais e das orientações do acionista, cumprindo, no geral, com o disposto no artigo 66.º do CSC e com as instruções para a prestação de contas para 2021, transmitidas pela DGTF, através do ofício circular n.º SAI\_DGTF/2022/359, de 20 de janeiro de 2022.

A DOCAPESCA, preparou e apresentou as demonstrações financeiras de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), contemplando o Balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total do ativo de 46 898 329 euros e um total de capital próprio de 24 278 172 euros, incluindo um resultado líquido de 2 664 688 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações ao Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, e o respetivo anexo, relativas ao ano findo naquela data.

A BDO & Associados, SROC, Lda, examinou as demonstrações financeiras e emitiu a respetiva Certificação Legal das Contas em 14 de março de 2021, que faz parte integrante do presente relatório, teor com o qual o CF concorda, incluindo a opinião com reservas que subsistem de anos anteriores, uma relacionada com o processo de integração do extinto Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IPTM, I.P. (IPTM) e outra com o Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) resultante da assunção de responsabilidades com novas infraestruturas na sequência das novas competências atribuídas e da negociação de alguns contratos de concessão celebrados com as Administrações Portuárias.

Nos termos da alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º do CSC, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado, no exercício de 2021, no montante de 2 664 687,60 euros seja aplicado da forma seguinte:

- 532 937,52 euros para Reservas Legais, correspondendo a 10 %, definidos estatutariamente (cfr. alínea a) do artigo 18.º dos Estatutos), e mais 10%, visando atingir 20% do Capital Social (cfr. n.º 1 do artigo 295.º do CSC);
- 2 131 750,08 euros para a conta de Resultados Transitados.

### **Atividade**

Em 2021, transacionaram-se nas diversas lotas da DOCAPESCA, 116 mil toneladas de pescado, correspondendo a 252 milhões de euros (M€) de valor de venda de pescado, superando os valores atingidos no ano transato<sup>5</sup>, traduzindo um preço médio de 2,18€.

---

<sup>5</sup> Em 2020, foram transacionadas 91 mil toneladas de pescado, no montante de 195 M€, traduzindo um preço médio de 2,14€.

A Empresa apenas reconhece na demonstração dos resultados os rendimentos relativos à primeira venda de pescado que resultam da aplicação de taxas<sup>6</sup>, sobre o valor do pescado transacionado, a liquidar pelos armadores/pescadores e compradores.

### Investimento

Em 2021, o montante de investimento realizado pela DOCAPESCA totalizou 6 368 mil euros, do quais 4 542 mil euros de natureza específica. Tais níveis de execução ficaram 22,7% abaixo do total de investimento previsto para 2021<sup>7</sup>.

### Desempenho financeiro

De forma a verificar o desempenho financeiro da DOCAPESCA, apreciou-se a evolução das principais rubricas de rendimentos, gastos e respetivos resultados alcançados no período de 2021 face a 2020, bem como o comportamento dos principais indicadores.

Sinteticamente, em 2021, a DOCAPESCA apresentou o desempenho financeiro seguinte:

**Quadro 1 - Demonstração de desempenho financeiro e indicadores**

Unidade: 10<sup>3</sup> euros

RENDIMENTOS, GASTOS E RESULTADOS	2021	2020	Δ 21/20	
			Valor	(%)
<b>Rendimentos operacionais</b>	<b>29 693</b>	<b>25 835</b>	<b>3 858</b>	<b>14,9%</b>
Vendas e Serviços Prestados	29 628	25 546	4 082	16,0%
Subsídios à exploração	65	289	-224	-77,4%
Variação nos inventários da produção	-1	0	-1	-866,3%
<b>Gastos operacionais</b>	<b>-22 478</b>	<b>-21 306</b>	<b>-1 171</b>	<b>-5,5%</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-392	-443	51	11,6%
Fornecimentos e serviços externos	-8 913	-8 065	-848	-10,5%
Gastos com o pessoal	-13 173	-12 798	-375	-2,9%
<b>Outros rendimentos e gastos</b>	<b>196</b>	<b>472</b>	<b>-276</b>	<b>-58,4%</b>
Imparidades	-233	56	-290	-516,2%
Provisões	-163	-77	-86	-112,3%
Outros rendimentos	2 241	2 528	-287	-11,3%
Outros gastos	-1 648	-2 034	386	19,0%
<b>Resultados</b>				
<b>EBITDA</b>	<b>7 412</b>	<b>5 001</b>	<b>2 410</b>	<b>48,2%</b>
Amortizações, depreciações e reversões	-3 740	-3 478	-261	-7,5%
<b>EBIT</b>	<b>3 672</b>	<b>1 523</b>	<b>2 149</b>	<b>141,1%</b>
Resultado financeiro	15	-2	16	1009,2%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>3 686</b>	<b>1 521</b>	<b>2 165</b>	<b>142,3%</b>
Impostos	-1 022	-370	-651	-175,8%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>2 665</b>	<b>1 151</b>	<b>1 514</b>	<b>131,6%</b>

Fonte: Documentos de prestação de contas

Em 2021, o resultado líquido apurado fixou-se em 2 665 mil euros, traduzindo um acréscimo de 1 514 mil euros (+131,6%) face a 2020 (1 151 mil euros). Tal ficou a dever-se, sobretudo, ao aumento registado nas vendas e serviços prestados de 4 082 mil euros (+16%), em resultado do incremento registado nos serviços prestados de 1ª venda de pescado – tarifas – (+3 495 mil euros) em relação ao período homólogo,

<sup>6</sup> Fixadas pelas Portarias n.º 251/2008, de 4 de abril e n.º 495/2008, de 23 de junho.

<sup>7</sup> A execução dos investimentos correntes ficou 21,7% acima do previsto e os investimentos específicos ficaram 32,6% abaixo do previsto, considerando as revisões efetuadas ao plano de investimentos, em particular a posterior ao aumento do capital social ocorrido a 17 de junho.

repercutindo-se nos rendimentos operacionais que aumentaram 3 858 mil euros (+14,9%).

Tal incremento nos serviços prestados resultou, principalmente, do comportamento favorável na primeira venda de pescado, sendo o melhor ano que há registo, refletindo-se positivamente nas taxas de vendagem.

Os gastos operacionais atingiram 22 478 mil euros, expressando um acréscimo de 1 171 mil euros (+5,5%) em relação a 2020. Tal resultou, do agravamento dos gastos com fornecimentos e serviços externos em 848 mil euros (+10,5%) e do aumento dos gastos com pessoal em 375 mil euros (+2,9%) atenuado pela redução de 51 mil euros registada no custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

A rubrica outros rendimentos e gastos atingiu 196 mil euros, reduzindo 276 mil euros (-58,4%) face a 2020. Tal variação resultou, sobretudo, do aumento de imparidades de dívidas a receber em 232 mil euros, do reforço da provisão constituída, para fazer face à impugnação de taxas cobradas, no montante de 165 mil euros e da redução dos outros rendimentos em -287 mil euros, montantes que a redução registada nos outros gastos no valor de 386 mil euros não permitiu acomodar.

Em 2021, em resultado do comportamento das anteditas rubricas, o EBITDA e EBIT cifraram-se em 7 412 e 3 672 mil euros, traduzindo um acréscimo de 48,2% e 141,1%, respetivamente, em relação a 2020.

### **Posição financeira**

No que tange à posição financeira da DOCAPESCA, importa salientar que, em 31 de dezembro de 2021, o processo de integração do extinto Instituto Português e dos Transportes Marítimos, IPTM, I.P. (IPTM) ainda se encontrava em curso<sup>8</sup>.

Entre 2016 e 2021, a Empresa efetuou a integração dos bens patrimoniais inerentes às viaturas, embarcações e equipamento de movimentação portuária, porém os restantes bens patrimoniais e dominiais carecem ainda de inventariação e avaliação por parte de entidade externa, nos termos do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, desconhecendo-se, no final de 2021, o impacto que tal possa ter nas demonstrações financeiras.

Não contempla, também, o impacto que a potencial transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades municipais possa ter no âmbito do processo de descentralização.

Sobre esta matéria, a DOCAPESCA encontra-se a aguardar a conclusão do processo de descentralização, para então proceder à avaliação do património que permanece na sua esfera de atuação, ou seja, que não venha a ser incluído nas transferências a realizar para as Autarquias.

No 1º semestre de 2019, a DOCAPESCA concretizou a aquisição da participação financeira<sup>9</sup>, na qualidade de associada fundadora, na Associação (sem fins lucrativos) “Smartocean – Associação para a promoção e desenvolvimento do Parque da Ciência e Tecnologia do Mar”, tendo subscrito 58 unidades de participação (de um total de 215) a 2 500 euros cada, num valor total de 145 000 euros, correspondendo a 27% do capital da associação, desconhecendo-se, à data, o justo valor da participação.

---

<sup>8</sup> O n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, estipula o prazo de 18 meses, após entrada em vigor do diploma, para identificação e avaliação de bens e direitos transmitidos do ex-IPTM.

<sup>9</sup> Na sequência da DUE do acionista, de 28 de dezembro de 2018.

A 31 de dezembro de 2021<sup>10</sup>, a DOCAPESCA evidenciava um ativo total de 46 898 329 euros, um passivo total de 22 620 157 euros e um capital próprio de 24 278 172 euros.

Destaca-se no ativo não corrente, o aumento da rubrica ativos fixos tangíveis em 2 429 mil euros (+10,5%) em resultado da boa execução do plano de investimentos em 2021 e ao nível do ativo corrente o aumento da rubrica outros créditos e receber em 4 627 mil euros (+86,1%) e das disponibilidades em 959 mil euros (+16,3%), contrapondo com a diminuição registada em clientes no montante de -515 mil euros.

Em 2021, o capital próprio registou um acréscimo de 3 679 mil euros (+17,9%) em relação a 2020, em resultado do aumento da reserva legal (+230 mil euros) e dos resultados transitados (+921 mil euros) proveniente da aplicação do resultado líquido positivo atingido em 2020 (1 151 mil euros), bem como do aumento de 515 mil euros ocorrido em outras variações no capital próprio e do incremento de 1 514 mil euros do resultado líquido em relação a 2020.

Salienta-se também, o aumento do capital social em 500 mil euros ocorrido no 2º trimestre de 2021<sup>11</sup>, para utilizar, especificamente, nos investimentos indicados como “Construção do Porto de Pesca da Trafaria”.

No final de 2021, o saldo de provisões constituídas ascendia a 1 330 mil euros, apresentando-se cerca de 163 mil euros acima do exercício anterior, dos quais 528 mil euros respeitavam à melhor estimativa da Empresa, com o exfluxo de recursos que espera incorrer com os processos judiciais que transitaram do ex-IPTM, 160 mil euros respeitante a duas provisões relacionadas com o processo de integração do ex-IPTM e 642 mil euros para fazer face a riscos e encargos (348 mil euros para pagamento de imposto municipal sobre imóveis – IMI, 228 mil euros para impugnação das taxas cobradas, 54 mil euros para cobertura do sinistro ocorrido com o *Travel Lift* de Portimão, 8 mil euros para acidentes de embarcações e 4 mil euros para indemnizações a pagar).

Em 2021, o passivo não corrente registou uma diminuição com responsabilidades por benefícios pós-emprego no montante de -219 mil euros e um incremento das provisões e outras dívidas a pagar em 163 mil euros e 147 mil euros, respetivamente, tendo aumentado no total 91 mil euros (+1,6%). Já o passivo corrente registou um aumento de 3 849 mil euros, em resultado, principalmente, dos aumentos registados em fornecedores (+705 mil euros), Estado e outros entes públicos (+1 392 mil euros) e outras dívidas a pagar (+1 760 mil euros).

Em termos de fluxos financeiros, em 2021, o *cash flow* libertado pelas atividades operacionais e de financiamento nos montantes de 5 577 mil euros e 493 mil euros, respetivamente, foi suficiente para cobrir os exfluxos incorridos com as atividades de investimento que ascenderam a 5 112 mil euros, gerando no período uma variação de caixa e seus equivalentes positiva de 959 mil euros.

#### **4. CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E DAS ORIENTAÇÕES DO ACIONISTA**

##### **Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento**

---

<sup>10</sup> A 31 de dezembro de 2020, a DOCAPESCA evidenciava um ativo total de 39 279 226 euros, passivo total de 18 680 510 euros e um capital próprio de 20 598 716 euros.

<sup>11</sup> Por Deliberação Social Unânime por Escrito, de 17 de junho de 2021, correspondendo a 100 000 novas ações de valor nominal de 5 euros cada.

Apesar de não terem sido celebrados contratos de gestão para o ano de 2021, o CA regeu a sua atuação pelo Plano de Atividades e Orçamento para 2021 (PAO 2021)<sup>12</sup>. De acordo com a informação constante no R&C, a Empresa indica ter atingido um grau de cumprimento dos objetivos de 111,8%, conforme apresentado no quadro seguinte:

**Quadro 2 – Indicadores de gestão propostos pela DOCAPESCA**

EIXO/ OBJETIVO	Peso objetivo	Objetivos de gestão 2021				
		Proposto	Executado	Execução (%)	Execução	
<b>Indicadores financeiros</b>	<b>50%</b>				<b>68,9%</b>	
Eixo 4	Volume de negócios <sup>1</sup> (€)	10%	26 558 771	29 628 457	111,6%	11,2%
	Peso dos CMVMC+FSE+GcP no Volume de negócios (€) <sup>2</sup>	10%	81,8%	75,9%	107,3%	10,7%
	PMP (dias)	10%	33	38	84,8%	8,5%
	Resultado líquido (€)	10%	993 662	2 664 688	268,2%	26,8%
	EBITDA superior ao de 2018 (€)	5%	5 331 698	7 411 511	139,0%	7,0%
	Taxa de cofinanciamento Investimentos	5%	45,0%	43,2%	96,0%	4,8%
<b>Indicadores de atividade</b>	<b>50%</b>					<b>42,8%</b>
Eixo 1	Desenvolvimento sustentável e inovação	25%	100%	66%	66,0%	16,5%
Eixo 2	Modernização, qualidade e segurança	20%	100%	106%	106,0%	21,2%
Eixo 3	Desempenho organizacional	5%	100%	103%	102,5%	5,1%
<b>Total</b>	<b>100%</b>					<b>111,8%</b>

<sup>1</sup>Volume de negócios = 71 vendas + 72 Prestação de Serviços.

Fonte: Documentos de prestação de contas

### Gestão do Risco Financeiro

Em virtude do financiamento bancário registado nos últimos anos ser nulo, os encargos financeiros com comissões fixas têm vindo a ser diminutos, ascendendo a 3 125 euros em 2021, igualando 2020.

### Limite de crescimento do endividamento

A DOCAPESCA não tem qualquer contrato de financiamento celebrado, dispondo apenas de um descoberto bancário em depósitos à ordem no montante de 1 250 mil euros no Millennium BCP, que não foi utilizado no ano de 2021, não sendo relevante o recurso a instrumentos de gestão de risco.

### Prazo Médio de Pagamentos (PMP) e atrasos nos pagamentos

Em 2021, o prazo médio de pagamentos situou-se nos 38 dias traduzindo um agravamento de 5 dias em relação ao verificado em 2020 (33 dias), não existindo naquele período dívidas a pagamento com prazo superior a 90 dias.

Uma vez que o PMP se encontra abaixo de 45 dias, considera-se cumprido o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro.

### Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista e diligências tomadas para solucionar as situações subjacentes à emissão de reservas na última Certificação Legal das Contas

Na Assembleia Geral de 31 de março de 2021, realizada por meios telemáticos, o acionista Estado votou favoravelmente a aprovação do Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2020, atentas as reservas expressas na Certificação Legal das Contas, recomendando ao Conselho de Administração que diligenciasse no sentido de:

<sup>12</sup> Aprovado através da Deliberação Social Unânime por Escrito, datada de 11 de março de 2021.

- i. produzir anualmente o relatório sobre prevenção da corrupção, conforme previsto no n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- ii. dar cumprimento ao disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 158.º do no Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2019, relativa aos gastos com o pessoal.

De acordo com a informação constante no R&C, a Empresa indica as medidas adotadas visando dar cumprimento às referidas recomendações, referindo ter elaborado o Relatório de Execução Anual de 2020 do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão (incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas), tendo o mesmo sido objeto de aprovação em 29 de abril de 2021.

No âmbito do disposto na alínea a) do n.º 3 do art.º 158.º, do DLEO 2019, os gastos com pessoal registaram um aumento de 375 mil euros (+2,9%), em relação a 2020, que a Empresa justifica com o acréscimo significativo de atividade, que traduziu uma melhoria do rácio de eficiência operacional, que implicou o recurso à contratação de curto prazo para fazer face a tal incremento de atividade.

Relativamente às reservas constantes da Certificação Legal de Contas, a Empresa no R&C faz a atualização acerca da real situação das mesmas. No entanto, importa referir que tais reservas consubstanciam uma limitação de âmbito e subsistem de anos anteriores sendo que a sua extinção não está dependente só da intervenção da DOCAPESCA, uma vez que envolve outras entidades.

#### **Remunerações**

A DOCAPESCA evidencia ter dado cumprimento às orientações relativas às remunerações vigentes em 2021 para órgãos sociais e auditor externo.

#### **Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público (EGP)**

A DOCAPESCA indica ter dado cumprimento ao disposto nos artigos 32.º e 33.º do EGP.

#### **Realização de despesas não documentadas ou confidenciais**

No exercício de 2021, a Empresa não apresentou qualquer tipo de despesa não documentada ou confidencial.

#### **Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens**

A Empresa tem apresentado e divulgado o relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens conforme previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, encontrando-se publicado no sítio institucional da Empresa o relativo a 2020.

#### **Relatório anual sobre prevenção de corrupção**

Em 2019, a DOCAPESCA elaborou um novo Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas), tendo o mesmo sido aprovado pelo CA no início de 2020.

A Empresa tem apresentado e divulgado os relatórios anuais sobre prevenção da corrupção conforme disposto no n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, que estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), tendo o relatório de execução do Plano relativo ao ano de 2021, sido aprovado pelo Conselho de Administração em 2 de março de 2022.

### **Contratação pública**

Em matéria de contratação pública, a DOCAPESCA indica ter aplicado o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e subseqüentes alterações.

### **Sistema Nacional de Compras Públicas**

A DOCAPESCA aderiu à ESPAP/ANCP, em 9 de agosto de 2012.

### **Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais**

O artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho (DLEO 2019), que vigorou para 2021, determina:

No n.º 1 – *“Para efeitos do disposto no artigo 57.º da Lei do Orçamento do Estado, o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios deve ser igual ou inferior ao verificado em 2018 sem prejuízo do disposto no número seguinte.”*

No n.º 3 – *“...devem ser iguais ou inferiores aos montantes registados em 2018 os seguintes gastos operacionais:*

*a) Com pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes das indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado;*

*b) Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel;*

*c) Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria.”*

No n.º 4 – *“O acréscimo dos gastos operacionais referidos no número anterior apenas pode ocorrer em situações excecionais e devidamente sustentadas em análise custo-benefício, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, em sede de apreciação do plano de atividades e orçamento da empresa.”*

Com efeito, com as devidas adaptações, comparando com o exercício de 2020 as anteditas rubricas apresentaram o comportamento que consta do quadro seguinte:

### **Quadro 3 – Eficiência Operacional**

Unidade: euros

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2021	2021 Orç.	2020	2019	Δ 21/20 Valor	Δ 21/20 (%)
<b>EBITDA</b>	<b>7 411 511</b>	<b>5 331 698</b>	<b>5 001 259</b>	<b>6 494 954</b>	<b>2 410 252</b>	<b>48,2%</b>
<b>CMVMC</b>	<b>391 507</b>	<b>485 705</b>	<b>442 976</b>	<b>564 578</b>	<b>-51 469</b>	<b>-11,6%</b>
<b>FSE</b>	<b>8 912 815</b>	<b>8 457 644</b>	<b>8 065 096</b>	<b>8 466 267</b>	<b>847 719</b>	<b>10,5%</b>
<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>13 173 219</b>	<b>12 790 630</b>	<b>12 798 195</b>	<b>12 261 024</b>	<b>375 024</b>	<b>2,9%</b>
i) Indemnizações pagas por rescisão	140 168	200 000	151 000	178 840	-10 832	-7,2%
ii) Valorizações remuneratórias	123 871	52 856	92 028	78 991	31 843	34,6%
iii) Impacto da aplicação dos IRCT	46 969	46 969	44 144		2 826	6,4%
<b>Gastos com o pessoal sem os efeitos i), ii) e iii)</b>	<b>12 862 210</b>	<b>12 490 805</b>	<b>12 511 023</b>	<b>12 003 192</b>	<b>351 187</b>	<b>2,8%</b>
Impactos da pandemia por COVID-19 nos Gastos Operacionais (CMVMC, FSE e GcP)	32 897	34 005	155 866		-122 969	-78,9%
<b>Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional</b>	<b>22 444 644</b>	<b>21 699 974</b>	<b>21 150 400</b>	<b>21 291 868</b>	<b>1 294 244</b>	<b>6,1%</b>
<b>Volume de negócios (VN)</b>	<b>29 628 457</b>	<b>26 558 771</b>	<b>25 546 082</b>	<b>26 950 995</b>	<b>4 082 374</b>	<b>16,0%</b>
Subsídios à Exploração	65 296	58 528	289 076	232 334	-223 780	-77,4%
Perda de receita decorrente da pandemia por COVID-19		392 224	473 519		-473 519	-100,0%
<b>Volume de negócios para efeitos de apuramento da eficiência operacional</b>	<b>29 628 457</b>	<b>26 950 995</b>	<b>26 019 601</b>	<b>26 950 995</b>	<b>3 608 855</b>	<b>13,9%</b>
<b>Eficiência operacional (GO/VN)</b>	<b>75,8%</b>	<b>80,5%</b>	<b>81,3%</b>	<b>79,0%</b>		<b>-5,5 p.p.</b>
<b>Conjunto de gastos operacionais previstos nas alíneas b) e c) do n.º 3 do artigo 158.º do DLEO 2019</b>						
Deslocações e alojamento (FSE)	8 229	21 935	6 185	22 288	2 043	33,0%
Ajudas de custo (GcP)	17 094	22 242	13 259	25 108	3 835	28,9%
Gastos com a frota automóvel <sup>1</sup>	190 645	206 441	159 245	176 084	31 400	19,7%
<b>Subtotal de gastos alínea b)</b>	<b>215 968</b>	<b>250 618</b>	<b>178 689</b>	<b>223 479</b>	<b>37 279</b>	<b>20,9%</b>
Encargos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	93 525	109 200	69 853	110 315	23 673	33,9%
<b>Subtotal de gastos alínea c)</b>	<b>93 525</b>	<b>109 200</b>	<b>69 853</b>	<b>110 315</b>	<b>23 673</b>	<b>33,9%</b>
<b>Total de gastos alínea b) e c)</b>	<b>309 493</b>	<b>359 818</b>	<b>248 542</b>	<b>333 794</b>	<b>60 951</b>	<b>24,5%</b>

<sup>1</sup>Inclui rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustível e/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Fonte: Documentos de prestação de contas

Em 2021, o indicador de eficiência operacional<sup>13</sup> situou-se nos 75,8% registando uma melhoria de 5,5 p.p. em relação a 2020 (81,3%) e apresenta um desempenho favorável de 3,2 p.p. quando comparado com o orçamentado para o mesmo período (80,5%).

Apesar do acréscimo dos gastos operacionais (+6,1%), que em parte são justificados pelo aumento de atividade, a melhoria do antedito indicador, face a 2020, deve-se, sobretudo, ao volume de negócios que registou um acréscimo de 3 609 mil euros (+13,9%), que tal como referido, resultou, principalmente, do comportamento favorável na primeira venda de pescado, sendo o melhor ano que há registo, refletindo-se positivamente nas taxas de vendagem.

Por outro lado, os gastos com o pessoal, corrigidos dos efeitos das indemnizações, da reposição do Acordo de Empresa e das valorizações remuneratórias, registaram um acréscimo de 2,8% face a 2020, que a Empresa justifica com a necessidade que teve em recorrer a contratações de curto prazo para fazer face ao acréscimo de atividade verificado.

O conjunto de gastos previstos na alínea b) do n.º 3 do artigo 158.º do DLEO 2019, registou um acréscimo de 37 279 euros (+20,9%) face a 2020, tendo todas as rubricas registado aumentos que, a Empresa justifica com o retomar normal da atividade, pós estado de emergência.

Quanto aos gastos previstos na alínea c) do antedito preceito, os mesmos ficaram 23 673 euros (+33,9%) acima do registado em 2020, também justificado pelo retomar normal da atividade.

A DOCAPESCA terminou o ano de 2021 com 510 trabalhadores<sup>14</sup>, mais cinco em relação ao ano transato.

<sup>13</sup> Rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios.

<sup>14</sup> Inclui órgãos sociais e dirigentes.

No final de 2021, a frota automóvel da DOCAPESCA era composta por 43 viaturas mais 3 em relação a 2020 (40 viaturas), pelo facto da Empresa ainda não ter procedido ao abate das viaturas substituídas.

#### **Cumprimento do princípio da unidade de tesouraria do Estado**

Através do ofício n.º SGC – 2018/9193, de 04 de junho de 2018, a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (IGCP), informou a DOCAPESCA que foi proferido despacho de autorização parcial de exceção ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE), estando autorizada a recorrer à banca comercial, no entanto o valor das receitas geradas deve ser transferido semanalmente para as contas detidas na tesouraria do Estado

No final de 2020, uma vez que o decreto-lei de execução de orçamental para este exercício não fora publicado, a Empresa solicitou, junto do IGCP, dispensa do cumprimento deste princípio.

Em 18 de dezembro de 2020, por despacho, o IGCP excecionou a DOCAPESCA do cumprimento da UTE, para os anos de 2020 e 2021, somente para os valores:

- a) Dos descobertos bancários;
- b) Das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos de caução à ordem de terceiros;
- c) Objeto dos contratos de recolha de valores celebrados com a banca comercial, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para contas de DOCAPESCA no IGCP.

Assim, no final de 2021, o montante centralizado no IGCP elevava-se a 6 524 mil euros, repartido em 5 500 mil euros (81%) em aplicações financeiras de curto prazo (CEDIC<sup>15</sup>) e 1 024 mil euros (15,1%) em disponibilidades imediatas (D.O), encontrando-se fora da tesouraria do Estado 266 mil euros (3,9%).

#### **Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas**

De acordo com a informação constante do R&C, nos últimos três anos, a DOCAPESCA não foi objeto de qualquer auditoria por parte do Tribunal de Contas.

#### **Plano para a igualdade**

A Empresa apresentou e divulgou o seu Plano para a Igualdade e não Discriminação, para o biénio 2021-2022<sup>16</sup>, conforme disposto no artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto.

#### **Elaboração e divulgação da demonstração não financeira**

Desde 2010 que a DOCAPESCA prepara, de acordo com as normas *Global Report Initiative* (GRI), e divulga os relatórios de sustentabilidade, tendo apresentado o de 2010 e os relativos aos biénios 2011-2012, 2013-2014 e 2015-2016 e o de 2017-2020, tendo este último sido divulgado no final de 2021, relevando-se a preparação e importância de tal documento.

A demonstração não financeira relativa ao exercício de 2021 foi preparada de acordo com as GRI e consta no capítulo 4º do Relatório de Gestão.

---

<sup>15</sup> Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo

<sup>16</sup> Aprovado pelo CA, em 14 de setembro de 2021.

**Acontecimentos após a data do balanço**

O atual contexto internacional (quer ao nível da pandemia, quer ao nível da situação de conflito armado no leste europeu) reveste alguma incerteza, impossibilitando, no momento presente, a quantificação em toda a sua plenitude dos impactos ao nível macroeconómico e, conseqüentemente, na Empresa. Poder-se-ão sentir efeitos ao nível do custo com combustíveis, energia elétrica e no aumento do custo dos bens e serviços e das empreitadas, no entanto, não se perspectiva que os mesmos sejam suscetíveis de afetar a continuidade da Empresa, bem como o cumprimento de quaisquer responsabilidades.

**5. RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO**

Analisado o RGS, o Conselho Fiscal emite a sua opinião em Declaração Autónoma (Vd. Anexo 6)

**6. PARECER**

Face ao que precede, e considerando a informação disponibilizada ao CF, no âmbito das suas competências, conclui-se que o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2021 refletem de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a atividade da Sociedade e a sua situação económica e financeira.

Destaca-se, no entanto, o facto de não se encontrar integralmente cumprido o disposto no n.º 3 do artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho, bem como a opinião com reservas constante da Certificação Legal das Contas, emitida pelo ROC em 14 de março de 2022, decorrentes da assunção pela DOCAPESCA das atribuições e competências do extinto IPTM, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, relacionadas com o impacto da futura integração dos ativos provenientes do extinto IPTM e ainda não avaliados e outra com o IMI resultante da assunção de responsabilidades com novas infraestruturas na sequência das novas competências atribuídas e da negociação de contratos de concessão celebrados com as Administrações Portuárias.

Em consequência do sobredito, o CF é de parecer favorável que a Assembleia Geral:

- Aprove o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2021, apresentados pelo Conselho de Administração da DOCAPESCA, atenta a opinião com reservas e a ênfase constante da Certificação Legal das Contas;
- Pondere a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão;
- Proceda à apreciação geral da administração e da fiscalização da Sociedade, nos termos previstos no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.

Por último, o Conselho Fiscal regista com apreço e agradece toda a colaboração que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos serviços da DOCAPESCA.

Lisboa, 14 de março de 2022

Presidente,



Pedro Pinto Monteiro

Vogal,



Maria Gabriela Campos

Vogal,



André Ribas

## LISTA DE ANEXOS

---

<b>Anexo 1</b>	Balanço em 31 de dezembro 2021
<b>Anexo 2</b>	Demonstração individual dos resultados por naturezas em 31 de dezembro 2021
<b>Anexo 3</b>	Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro 2021
<b>Anexo 4</b>	Investimento em 31 de dezembro de 2021
<b>Anexo 5</b>	Informação estatística do pescado transacionado – janeiro a dezembro de 2021
<b>Anexo 6</b>	Declaração Autônoma do Conselho Fiscal – Relatório de Governo Societário 2021

---

## ANEXO 1 – BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade: euros

Ativo	2021	2020	Δ 21/20	
			Valor	(%)
Investimentos financeiros	145 000	145 000	0	0,0%
Ativos fixos tangíveis	25 603 743	23 175 030	2 428 712	10,5%
Ativos intangíveis	409 213	295 485	113 728	38,5%
Outros investimentos financeiros	78 102	53 596	24 506	45,7%
Ativos por impostos diferidos	534 996	584 345	-49 349	-8,4%
<b>Ativo não corrente</b>	<b>26 771 053</b>	<b>24 253 456</b>	<b>2 517 597</b>	<b>10,4%</b>
Inventários	99 527	96 891	2 637	2,7%
Clientes	2 983 678	3 498 559	-514 881	-14,7%
Estado e outros entes públicos	1 508	388	1 120	288,6%
Outros créditos a receber	10 001 436	5 374 160	4 627 276	86,1%
Diferimentos	184 581	157 783	26 798	17,0%
Caixa e depósitos bancários	6 856 546	5 897 990	958 556	16,3%
<b>Ativo corrente</b>	<b>20 127 276</b>	<b>15 025 770</b>	<b>5 101 506</b>	<b>34,0%</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>46 898 329</b>	<b>39 279 226</b>	<b>7 619 103</b>	<b>19,4%</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>				
Capital realizado	9 028 400	8 528 400	500 000	5,9%
Reserva legal	912 580	682 434	230 146	33,7%
Resultados transitados	4 192 446	3 271 864	920 583	28,1%
Outras variações no Capital Próprio	7 480 059	6 965 289	514 769	7,4%
Resultado líquido do período	2 664 688	1 150 728	1 513 959	131,6%
<b>Total do capital próprio</b>	<b>24 278 172</b>	<b>20 598 716</b>	<b>3 679 457</b>	<b>17,9%</b>
Provisões	1 329 919	1 167 120	162 799	13,9%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	2 377 760	2 597 088	-219 329	-8,4%
Outras dívidas a pagar	2 052 746	1 905 538	147 208	7,7%
<b>Passivo não corrente</b>	<b>5 760 424</b>	<b>5 669 746</b>	<b>90 678</b>	<b>1,6%</b>
Fornecedores	1 568 646	863 631	705 015	81,6%
Estado e outros entes públicos	3 052 194	1 660 028	1 392 167	83,9%
Outras dívidas a pagar	12 226 721	10 467 105	1 759 615	16,8%
Diferimentos	12 171	20 000	-7 829	-39,1%
<b>Passivo corrente</b>	<b>16 859 733</b>	<b>13 010 765</b>	<b>3 848 968</b>	<b>29,6%</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>22 620 157</b>	<b>18 680 510</b>	<b>3 939 646</b>	<b>21,1%</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>46 898 329</b>	<b>39 279 226</b>	<b>7 619 103</b>	<b>19,4%</b>

Fonte: Documentos de prestação de contas

**ANEXO 2 – DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

Unidade: euros

Rendimentos e Gastos	2021	2020	Δ 21/20	
			Valor	(%)
Vendas e serviços prestados	29 628 457	25 546 082	4 082 374	16,0%
Subsídios à exploração	65 296	289 076	-223 780	-77,4%
Varição nos inventários da produção	-1 189	-123	-1 066	-866,3%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-391 507	-442 976	51 469	11,6%
Fornecimentos e serviços externos	-8 912 815	-8 065 096	-847 719	-10,5%
Gastos com o pessoal	-13 173 219	-12 798 195	-375 024	-2,9%
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	-1 519	-14 458	12 939	89,5%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-231 915	70 545	-302 459	-428,7%
Provisões (aumentos/reduções)	-162 799	-76 689	-86 110	-112,3%
Outros rendimentos	2 240 997	2 527 592	-286 595	-11,3%
Outros gastos	-1 648 275	-2 034 499	386 224	19,0%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>7 411 511</b>	<b>5 001 259</b>	<b>2 410 252</b>	<b>48,2%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-3 739 806	-3 478 431	-261 375	-7,5%
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>3 671 705</b>	<b>1 522 828</b>	<b>2 148 877</b>	<b>141,1%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	23 012	6 738	16 274	241,5%
Juros e gastos similares suportados	-8 341	-8 352	10	0,1%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>3 686 376</b>	<b>1 521 215</b>	<b>2 165 161</b>	<b>142,3%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-1 021 688	-370 487	-651 202	-175,8%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>2 664 688</b>	<b>1 150 728</b>	<b>1 513 959</b>	<b>131,6%</b>

Fonte: Documentos de prestação de contas

**ANEXO 3 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

Unidade: euros

	2021	2020	Δ 21/20	
			Valor	(%)
Recebimentos de clientes	33 710 177	30 735 798	2 974 378	9,7%
Pagamentos a fornecedores	-12 264 448	-10 958 315	-1 306 133	-11,9%
Pagamentos ao pessoal	-13 140 346	-13 109 190	-31 156	-0,2%
Caixa geradas pelas operações	8 305 382	6 668 293	1 637 089	24,6%
Pagamentos / recebimentos do imposto sobre o rendimento	-15 266	-853 385	838 118	98,2%
Outros recebimentos / pagamentos	-2 712 750	-2 455 717	-257 033	-10,5%
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>5 577 366</b>	<b>3 359 191</b>	<b>2 218 175</b>	<b>66,0%</b>
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	-6 942 156	-6 550 390	-391 766	-6,0%
Ativos intangíveis	-4 305	-5 314	1 009	19,0%
Investimentos financeiros			0	n.a.
Recebimentos provenientes de:				
Subsídios ao investimento	1 834 856	2 380 691	-545 835	-22,9%
Juros e rendimentos similares	1		1	n.a.
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>	<b>-5 111 604</b>	<b>-4 175 013</b>	<b>-936 591</b>	<b>-22,4%</b>
Recebimentos provenientes de:				
Realizações capital e outros instr. cap. próprio	500 000		500 000	n.a.
Pagamentos respeitantes a:				
Juros gastos similares	-7 205	-16 959	9 753	57,5%
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>492 795</b>	<b>-16 959</b>	<b>509 753</b>	<b>3005,9%</b>
Variações de caixa e seus equivalentes	958 556	-832 781	1 791 337	215,1%
Caixa e seus equivalentes no início do período	5 897 990	6 730 770	-832 781	-12,4%
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6 856 546	5 897 990	958 556	16,3%

Fonte: Documentos de prestação de contas

**ANEXO 4 – INVESTIMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

Unidade: euros

Local investimento (janeiro a dezembro de 2021)	Corrente		Taxa de execução	Específico		Taxa de execução	Total		Taxa de execução
	Executado	Previsto		Executado	Previsto		Executado	Previsto	
DLPP do Algarve	588 069	500 000	17,6%	1 406 105	2 596 606	-45,8%	1 994 174	3 096 606	-35,6%
DLPP do Norte e Matosinhos	262 687	260 000	1,0%	1 202 594	1 217 427	-1,2%	1 465 281	1 477 427	-0,8%
DLPP do Centro	261 374	145 000	80,3%	958 131	1 287 322	-25,6%	1 219 505	1 432 322	-14,9%
DLPP do Centro Norte	153 103	165 000	-7,2%	390 277	400 246	-2,5%	543 380	565 246	-3,9%
DLPP Centro Sul	265 827	180 000	47,7%	539 552	1 090 000	-50,5%	805 379	1 270 000	-36,6%
Outros Projetos Específicos	294 678	250 000	17,9%	45 198	147 464	-69,3%	339 876	397 464	-14,5%
<b>Total</b>	<b>1 825 739</b>	<b>1 500 000</b>	<b>21,7%</b>	<b>4 541 857</b>	<b>6 739 065</b>	<b>-32,6%</b>	<b>6 367 596</b>	<b>8 239 065</b>	<b>-22,7%</b>

Fonte: Documentos de prestação de contas

Unidade: euros

Investimento total (janeiro a dezembro de 2021)	Execução	Previsto	Taxa de execução	
			Valor	%
Específico	4 541 857	6 739 065	-2 197 208	-32,6%
Correntes	1 825 739	1 500 000	325 739	21,7%
<b>Total</b>	<b>6 367 596</b>	<b>8 239 065</b>	<b>-1 871 469</b>	<b>-22,7%</b>

Fonte: Documentos de prestação de contas

**ANEXO 5 – INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA DO PESCADO TRANSACIONADO**  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021**

Delegações e postos	jan - dez 2021			jan - dez 2020			Δ 21/20 (%)		
	Volume	Valor	Preço Médio	Volume	Valor	Preço Médio	Volume	Valor	Preço Médio
	(10 <sup>6</sup> Kg)	(10 <sup>6</sup> €)	(€/Kg)	(10 <sup>6</sup> Kg)	(10 <sup>6</sup> €)	(€/Kg)			
Norte e Matosinhos	24	45	1,87	11	25	2,22	110,1%	76,6%	-15,9%
Centro Norte	18	36	1,96	15	27	1,79	23,2%	34,7%	9,3%
Centro	20	52	2,55	18	44	2,45	13,8%	18,5%	4,1%
Centro Sul	34	55	1,62	32	49	1,52	4,6%	11,0%	6,1%
Algarve	19	64	3,36	14	50	3,46	33,5%	29,7%	-2,8%
<b>TOTAL</b>	<b>116</b>	<b>252</b>	<b>2,18</b>	<b>91</b>	<b>195</b>	<b>2,14</b>	<b>27,3%</b>	<b>29,3%</b>	<b>1,5%</b>

Fonte: Informação Estatística - dezembro de 2021

**ANEXO 6 – Declaração Autónoma do Conselho Fiscal – Relatório de Governo Societário 2021**

**DECLARAÇÃO DO CONSELHO FISCAL**  
**RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO 2021**  
**DOCAPESCA – PORTOS E LOTAS, S.A.**

Nos termos do n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013<sup>17</sup>, de 3 de outubro, declaramos que foram cumpridas as orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado (SEE), em matéria de reporte, por parte da DOCAPESCA – Portos e Lotas, S.A.

É nosso entendimento que o Relatório de Governo Societário referente ao exercício de 2021, elaborado pelo Conselho de Administração daquela Sociedade, contém informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas no Capítulo II – Secção II do antedito diploma e foi elaborado em conformidade com o modelo disponibilizado pela UTAM - Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial.

O Conselho Fiscal regista com apreço e agradece toda a colaboração que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos serviços da DOCAPESCA.

Lisboa, 14 de março de 2022

Presidente,



Pedro Pinto Monteiro

Vogal,



Maria Gabriela Campos

Vogal,



André Ribas

---

<sup>17</sup> Que aprovou o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), e alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30/10 e pela Lei n.º 42/2016, de 28/12.

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Docapesca - Portos e Lotas, SA (adiante também designada por Docapesca ou Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total do ativo de 46 898 329 euros e um total de capital próprio de 24 278 172 euros, incluindo um resultado líquido de 2 664 688 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião com reservas

Com a publicação do Decreto-Lei nº 16/2014, de 3 de fevereiro, a Docapesca assumiu as funções de autoridade portuária nos portos de pesca e marinas de recreio anteriormente sujeitos à jurisdição do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IP (IPTM), bem como todos os bens, direitos e obrigações afetos ao referido Instituto. Tal como referido na Nota 1.3 do Anexo, o processo de integração encontra-se ainda em curso, tendo em 2021 sido reconhecidos 69 035 euros referentes a clientes. Assim, as demonstrações financeiras da Empresa referentes ao exercício de 2021, conforme detalhado na Nota 28 do Anexo, refletem alguns saldos decorrentes desse processo, nomeadamente Outras variações no capital próprio no total de 702 820 euros (633 785 euros em 2020), fundamentalmente com integração de saldos de clientes e responsabilidades com processos judiciais e outras responsabilidades. Os bens patrimoniais e dominiais, com exceção, das viaturas, das embarcações e dos equipamentos de movimentação portuária, não foram ainda integrados por não se encontrarem ainda avaliados, em virtude da Empresa se encontrar a aguardar a conclusão do processo de descentralização ao abrigo da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, pelo que não é possível concluir sobre os eventuais efeitos nas demonstrações financeiras resultantes dessa integração, bem como dos ajustamentos que possam vir a ser necessários efetuar relativamente aos saldos já reconhecidos. Esta situação configura uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.

Na sequência das novas competências atribuídas e da negociação de alguns contratos de concessão celebrados com Administrações Portuárias, a Empresa assume a responsabilidade pela manutenção das infraestruturas móveis e imóveis, assumindo por isso encargos associados ao Imposto Municipal sobre Imóveis sobre as referidas infraestruturas. Uma vez que não é possível determinar nem o valor patrimonial tributário dos bens nem as possíveis isenções em sede de IMI, a empresa não está em condições de determinar o potencial montante a pagar. Em exercícios anteriores e para bens registados antes da integração foi utilizado como base o valor de aquisição e constituída uma provisão, no montante de cerca de 348 375 euros, a qual não foi objeto de qualquer reforço ou reversão no corrente ano, conforme referido na nota 14 do Anexo. Conforme referido no ponto 2, do Relatório de Gestão a Empresa aguarda a conclusão do processo de descentralização ao abrigo da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto. Dado que não dispomos de elementos que nos permitam aferir a razoabilidade de tal montante, e considerando que a estimativa efetuada pelos Serviços, para além de não ter sido atualizada em 2021, não tomou em consideração a totalidade das infraestruturas envolvidas, não nos foi possível desenvolver procedimentos alternativos suscetíveis de apurar o montante de responsabilidades que poderão estar envolvidas, bem como a suficiência, ou insuficiência, da provisão constituída. Esta situação configura uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

### **Responsabilidades do órgão de gestão e de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade da

Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Empresa.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou a erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas

conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

### **Sobre a demonstração não financeira**

Dando cumprimento às Instruções da Direção-Geral do Tesouro e Finanças do Processo de Prestação de Contas referente a 2021, informamos que a Docapesca incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira.

Lisboa, 14 de março de 2022



---

Pedro Aleixo Dias  
(ROC nº 725, inscrito na CMVM sob o nº 20160361)  
em representação de  
BDO & Associados - SROC